STJ00105645

LEANDRO PAULSEN
Doutor em Direitos e Garantias do Contribuinte.
Professor de Direito Constitucional, Tributário e Penal.
Desembargador Federal.

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

COMPLETO

9ª edição
revista e atualizada
2018

saraiva jur

STJ00105645

ISBN 978-85-472-2749-4

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Paulsen, Leandro

Curso de direito tributário completo / Leandro Paulsen. — 9. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil I. Título.

17-1519 CDU 34:336.2

Índice para catálogo sistemático:
1. Direito tributário 34:336.2

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Bruna Schlindwein Zeni

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marilia Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraiso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão Casa de Ideias

Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento Intergraf Ind. Gráfica Eireli

Data de fechamento da edição: 17-11-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604623 CAE 623709

1119331

STJ00105645

Sumário

Nota do Autor 17

Capítulo I

Tributação, direito tributário e tributo

1. Origem da tributação e da sua limitação 19
2. A tributação como instrumento da sociedade 23
3. Os deveres fundamentais de pagar tributos e de colaborar com a tributação 25
4. A carga tributária, o direito à informação e os custos de conformidade 30
5. Fiscalidade e extrafiscalidade 33
6. Direito tributário 36
7. Relação com outras disciplinas jurídicas 38
8. Relação com a economia 40
9. Relação com a contabilidade 41
10. Conceito de tributo 42
11. Preços públicos e receitas patrimoniais 46

Capítulo II

Espécies tributárias

12. Características e regimes jurídicos específicos 49
13. Critérios para a identificação das espécies tributárias 50
14. Classificação dos tributos em cinco espécies tributárias 52
15. Impostos 54

16. Taxas 55
17. Contribuições de melhoria 59
18. Empréstimos compulsórios 60
19. Contribuições 60
20. Contribuições sociais 65
21. Contribuições de intervenção no domínio econômico 65
22. Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas 67
23. Contribuições de iluminação pública 68

Capítulo III
Princípios tributários

24. Os diversos tipos de normas: princípios, regras e normas de colisão 71
25. A relação entre os princípios e as limitações constitucionais ao poder de tributar 73
26. Princípios gerais de direito tributário 73
27. Princípio da capacidade contributiva 74
28. Princípio da capacidade colaborativa 78
29. Princípio da segurança jurídica em matéria tributária 80
30. Princípio da igualdade tributária 83
31. Princípio da praticabilidade da tributação 89

Capítulo IV
Competência tributária

32. Detalhamento da competência na Constituição 95
33. Normas constitucionais concessivas de competência 97
34. Critério da atividade estatal 98
35. Critério da base econômica 99
36. Critério da finalidade 101
37. Competências privativas, comuns e residuais 103
38. Bitributação e *bis in idem* 104
39. Tributos na base de cálculo de outros tributos 106

Capítulo V
Imunidades tributárias

40. Imunidades como normas negativas de competência 111

41. Imunidades como garantias fundamentais 112
42. Classificação, interpretação e aplicação das imunidades 112
43. Imunidades genéricas a impostos 116
44. Imunidade recíproca 118
45. Imunidade dos templos de qualquer culto 120
46. Imunidade dos partidos, sindicatos, entidades educacionais e assistenciais 122
47. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel para a sua impressão 124
48. Imunidade dos fonogramas e videogramas musicais 126
49. Imunidade das entidades beneficentes de assistência social às contribuições de seguridade social 127

Capítulo VI

Das limitações ao poder de tributar que são garantias fundamentais do contribuinte

50. Natureza das limitações constitucionais ao poder de tributar 131
51. Limitações em prol da segurança jurídica, da justiça tributária, da liberdade e da Federação 132
52. Legalidade tributária 132
53. Irretroatividade tributária 138
54. Anterioridade tributária 141
55. Isonomia tributária 147
56. Não confisco 148
57. Proibição de limitações ao tráfego por meio de tributos interestaduais e intermunicipais, ressalvado o pedágio 150

Capítulo VII

Garantias da Federação

58. Limitações específicas à União 151
59. Uniformidade geográfica 151
60. Vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações das dívidas públicas e da remuneração dos servidores 152
61. Vedação de isenção heterônoma 153
62. Limitações aos Estados e Municípios para estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino 154
63. Vedação da afetação do produto de impostos 155

Capítulo VIII

Técnicas de tributação

64. Progressividade 157
65. Seletividade 159
66. Não cumulatividade 162
67. Tributação monofásica 165
68. Substituição tributária 165

Capítulo IX

Legislação tributária

69. Normas constitucionais 169
70. Leis complementares à Constituição 169
71. Resoluções do Senado 173
72. Convênios 173
73. Tratados internacionais 174
74. Leis ordinárias e medidas provisórias 177
75. Atos normativos infralegais: decretos, instruções normativas, portarias, ordens de serviço 178

Capítulo X

Interpretação e aplicação da legislação tributária

76. Vigência e aplicação da legislação tributária 181
77. Integração e interpretação da legislação tributária 182
78. Aplicação dos princípios de direito tributário, de direito público e de direito privado e das normas de colisão 185
79. Analogia e equidade 189

Capítulo XI

Capacidade, cadastro e domicílio

80. Capacidade tributária 193
81. Cadastros de contribuintes 194
82. Domicílio tributário 195

Capítulo XII
Obrigações tributárias

83. As diversas relações jurídicas com naturezas contributiva, colaborativa ou punitiva 197
84. Obrigações principais e acessórias 198
85. Aspectos da norma tributária impositiva 201
86. Hipótese de incidência e fato gerador 203
87. Ocorrência dos fatos geradores 204
88. Classificação dos fatos geradores 206
89. Planejamento tributário e norma tributária antielisiva 207
90. Sujeito ativo 209
91. Sujeitos passivos das diversas relações jurídicas com o Fisco 210
92. Solidariedade 213
93. Contribuinte 214
94. Substituto tributário 214
95. Responsável tributário 215
96. Responsabilidade dos sucessores 219
97. Responsabilidade de terceiros, inclusive dos sócios-gerentes e administradores 221
98. Responsabilidades estabelecidas pelo legislador ordinário 224

Capítulo XIII
Ilícito tributário

99. Infrações à legislação tributária e penalidades 227
100. Multas 229
101. Responsabilidade por infrações à legislação tributária 234
102. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infrações 237

Capítulo XIV
Constituição do crédito tributário

103. Natureza do crédito tributário 241
104. Existência, exigibilidade e exequibilidade 242
105. Constituição ou formalização do crédito tributário 242
106. Declarações do contribuinte e outras confissões de débito 243
107. Lançamentos de ofício, por declaração e por homologação 246
108. Lançamento por arbitramento ou aferição indireta 248
109. Liquidação no processo trabalhista 249

Capítulo XV
Suspensão da exigibilidade do crédito tributário

110. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário 251
111. Moratória e parcelamento 252
112. Impugnação e recurso administrativos 254
113. Liminares e antecipações de tutela 256
114. Depósito do montante integral do crédito tributário 257
115. Efeitos da suspensão da exigibilidade do crédito tributário 259

Capítulo XVI
Exclusão do crédito tributário

116. Natureza e efeitos da exclusão do crédito tributário 261
117. Isenção 261
118. Anistia 263

Capítulo XVII
Extinção do crédito tributário

119. Hipóteses de extinção do crédito tributário 265
120. Pagamento, juros e multas 266
121. Pagamento indevido e sua repetição 267
122. Compensação 273
123. Decadência do direito de lançar 275
124. Prescrição da ação para execução do crédito tributário 277

Capítulo XVIII
Garantias e privilégios do crédito tributário

125. Meios de garantia e privilégios 283
126. Sujeição do patrimônio do devedor à satisfação do crédito 283
127. Bens absolutamente impenhoráveis por determinação legal 284
128. Arrolamento administrativo de bens 285
129. Ineficácia das alienações em fraude à dívida ativa 286
130. Indisponibilidade dos bens 287

131. Preferência do crédito tributário, inclusive na recuperação judicial e na falência 289
132. Autonomia da execução de crédito tributário mesmo havendo concurso de credores 290

Capítulo XIX
Administração tributária

133. Órgãos e carreiras de administração tributária 291
134. Fiscalização tributária 294
135. Inscrição em dívida ativa e certidão de dívida ativa (CDA) 297
136. Cadastro e lista de devedores 300
137. Certidões negativas de débito 301

Capítulo XX
Cobrança do crédito tributário

138. Cobrança amigável 305
139. Protesto extrajudicial 306
140. Execução judicial 308

Capítulo XXI
Impostos sobre o patrimônio

141. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) 311
142. Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) 315
143. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) 319

Capítulo XXII
Impostos sobre a transmissão de bens

144. Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis (ITBI) 327
145. Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD) 333

Capítulo XXIII
Imposto sobre a renda

146. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) 341

Capítulo XXIV

Impostos sobre a atividade econômica

147. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) 353
148. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) 362
149. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) 377
150. Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) 384

Capítulo XXV

Impostos sobre o comércio exterior

151. Imposto sobre Importação (II) 395
152. Imposto sobre Exportação (IE) 403

Capítulo XXVI

Contribuições sociais

153. Contribuições previdenciárias dos segurados do Regime Geral de Previdência Social 407
154. Contribuições previdenciárias do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada 413
155. Contribuições de seguridade social sobre a receita (PIS e Cofins) 424
156. Contribuições de seguridade social do importador (PIS-Importação e Cofins-Importação) 434
157. Contribuição de Seguridade Social sobre o Lucro (CSL) 436

Capítulo XXVII

Contribuições de intervenção no domínio econômico

158. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Incra 439
159. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Sebrae 441
160. Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização de combustíveis 443

Capítulo XXVIII

Contribuições do interesse de categorias profissionais e econômicas

161. Contribuição aos conselhos de fiscalização profissional 445
162. Contribuição sindical 448

Capítulo XXIX

Contribuição de custeio da iluminação pública

163. Contribuição de Iluminação Pública Municipal (CIP) 451

Capítulo XXX

Taxas de serviço e de polícia

164. Taxa de coleta de lixo domiciliar 455
165. Taxa de fiscalização, localização e funcionamento 456

Capítulo XXXI

Regime do Simples Doméstico

166. Regime simplificado e unificado de recolhimento de tributos para o empregador doméstico 459

Capítulo XXXII

Regime do Simples Nacional

167. Regime Simplificado e Unificado de Recolhimento de Tributos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — Simples Nacional 461

Capítulo XXXIII

Processo administrativo-fiscal

168. Processo administrativo-fiscal federal 467
169. Ação fiscal e autuação 468
170. Notificações e intimações 471
171. Fase litigiosa: impugnação, instrução e recursos 472
172. Nulidades no processo administrativo-fiscal 474

173. Processo administrativo-fiscal estadual 476
174. Processo administrativo-fiscal municipal 476

Capítulo XXXIV
Processo judicial tributário

175. Ações ajuizadas pelo Fisco 477
176. Medida cautelar fiscal 478
177. Execução fiscal 479
178. Exceção de pré-executividade 481
179. Embargos à execução 482
180. Ações ajuizadas pelo contribuinte e demais obrigados 483
181. Mandado de segurança 486
182. Ação declaratória 488
183. Ação anulatória 490
184. Ação cautelar de caução 491
185. Ação consignatória 492
186. Ação de repetição de indébito tributário e de compensação 493
187. Conexão entre ações tributárias 495

Capítulo XXXV
Direito penal tributário

188. Criminalização de condutas ligadas à tributação 497
189. Crimes tributários praticados por particulares 498
190. Princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária 498
191. O falso como crime-meio e consunção 501
192. Constituição definitiva do crédito tributário como elemento essencial dos crimes materiais contra a ordem tributária 503
193. Representação fiscal para fins penais 506
194. Ação penal pública 507
195. Suspensão da punibilidade pelo parcelamento 508
196. Extinção da punibilidade pelo pagamento 510
197. Extinção da punibilidade pela regularização cambial e tributária da Lei n. 13.254/16 511
198. Continuidade delitiva nos crimes contra a ordem tributária 512
199. Descaminho 513

STJ00105645

200. Apropriação indébita tributária 515
201. Sonegação de tributos 517
202. Falsificação de papéis públicos tributários 520
203. Crimes tributários praticados por funcionários públicos 521
204. Excesso de exação 522
205. Facilitação ao descaminho 522
206. Extravio, sonegação ou inutilização de livro, processo ou documento fiscal 523
207. Corrupção passiva fiscal 523
208. Advocacia administrativa fiscal 524

Índice Alfabético-Remissivo 525